

ComUnidade

PATROCÍNIO COMUNITÁRIO DE REFUGIADOS EM PORTUGAL

**De Patrocinador a Amigo: apoiar a
transição após o programa de patrocínio
comunitário**

**Estudo baseado nos contributos recolhidos durante o 3.º Encontro
de Organizações da Sociedade Civil para o Patrocínio Comunitário
de Refugiados em Portugal**

PATROCÍNIO COMUNITÁRIO DE REFUGIADOS EM PORTUGAL

De Patrocinador a Amigo: apoiar a transição após o programa de patrocínio comunitário

ÍNDICE

O Conselho Português para os Refugiados e o projeto Vitality & Engagement - Developing Communities	pág. 2
A iniciativa ComUnidade	pág. 3
Agradecimentos	pág. 4
Viver em autonomia	pág. 5
Ponto de partida - quais os principais pontos a considerar?	pág. 6
Metodologia	pág. 7
Reflexão em grupos	pág. 8
Reflexão em plenário	pág. 10
Estratégia para apoiar a autonomização	pág. 16
Conclusão	pág. 18

O CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS

O Conselho Português para os Refugiados (CPR) é uma organização não-governamental para o desenvolvimento que, desde 1991, defende e promove o direito de asilo em Portugal.

Orientado pelos valores da diversidade e do humanismo, atua junto das populações refugiadas e requerentes de proteção internacional com o intuito de potenciar o seu processo de inclusão, assim promovendo uma sociedade mais coesa e harmoniosa.

Membro de diversas redes e conselhos transnacionais, o CPR é uma referência no âmbito do asilo, sendo o seu trabalho reconhecido e distinguido com várias medalhas e honras nacionais e internacionais.

O PROJETO VITALITY & ENGAGEMENT

O projeto Vitality & Engagement - Developing Communities (V&E) apoia a implementação e o desenvolvimento de iniciativas de patrocínio comunitário de refugiados em Portugal e na Irlanda, com vista ao desenvolvimento de programas sustentáveis na União Europeia.

As atividades do projeto visam capacitar potenciais grupos patrocinadores, garantindo assim um maior número de organizações e indivíduos formados e qualificados para implementar e desenvolver esta prática.

Paralelamente, o projeto estabelece uma série de oportunidades de interação a nível europeu, estabelecendo redes de pares, nacionais e transnacionais, de apoio ao patrocínio comunitário de refugiados.



Fonte: Peace Child

ComUnidade

ComUnidade é uma iniciativa desenvolvida pelo Conselho Português para os Refugiados (CPR) para impulsionar, desenvolver e apoiar programas de patrocínio comunitário de refugiados em Portugal.

A **ComUnidade** nasce a partir do projeto Vitality & Engagement – Developing Communities, co-financiado pelo Fundo para o Asilo, Migração e Integração da União Europeia (AMIF) e coordenado pela Amnistia Internacional Irlanda, que tem como objetivo apoiar a implementação de esquemas de patrocínio comunitário com vista à replicabilidade de programas sustentáveis nos países parceiros – Portugal e Irlanda – assim como nos restantes Estados-Membros da União Europeia.

A **ComUnidade** pretende:

- Fornecer informação de qualidade, orientação, apoio e formação a potenciais e novos membros e patrocinadores;
- Facilitar as interações nacionais e transnacionais, garantindo aprendizagens mútuas e transferências de conhecimento e incentivando uma abordagem holística por parte de toda a sociedade;
- Apoiar esquemas de patrocínio comunitário, orientando e apoiando nos processos de implementação.

AGRADECIMENTOS

Neste guia partilhamos as reflexões das organizações da sociedade civil que estiveram presentes no "3.º Encontro de Organizações da Sociedade Civil para o Patrocínio Comunitário", que decorreu a 22 de novembro de 2022 no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP).

O término dos programas de apoio a pessoas requerentes e beneficiárias de proteção internacional é uma preocupação transversal a toda a intervenção no âmbito da proteção internacional e uma fraqueza apontada frequentemente pelos próprios beneficiários. Porque queremos fazer mais e melhor, consultámos os nossos parceiros mais a Norte sobre as oportunidades e as questões a ter em conta neste momento de transição para a vida em autonomia, após o término do programa de patrocínio comunitário.

A todos e a todas que estiveram presentes e que partilharam preocupações, ideias, visões e sugestões, deixamos o nosso muito obrigada!

Bárbara Oliveira e Clara Vaz

A equipa **ComUnidade**



Organizações participantes:

Arrimo - Organização Cooperativa para Desenvolvimento Social e Comunitário; Associação A3S; Associação Pão a Pão; Associação Ucrânianos em Portugal; Caritas Diocesana do Porto; Centro Social de Ermesinde; Cruz Vermelha do Porto; Instituto Superior de Administração e Contabilidade do Porto (ISCAP); MEERU | Abrir Caminho; Refugees Welcome Portugal.

VIVER EM AUTONOMIA

As pessoas refugiadas constituem o grupo mais vulnerável dentro da esfera das migrações. O acúmulo de experiências e stressores pré e pós migração forçada confluem para barreiras maiores no processo de inclusão no país de acolhimento. É, por isso, fundamental garantir um apoio de terceiros (profissionais, voluntários ou patrocinadores) que seja forte, estruturado e cujo enfoque seja, desde o momento da chegada, a autonomização.

É, por isso, fundamental planear um processo de transição para a autonomia que seja sólido e gradual, garantindo a participação ativa das pessoas patrocinadas e a sustentabilidade no final do período financiado.

Para além do acima descrito, quando pensamos na autonomização em contexto do patrocínio comunitário, é importante também considerar o aspecto relacional: como programa, o patrocínio comunitário surge como uma solução de apoio em proximidade, onde a comunidade local é o principal agente de apoio e inclusão e, muitas vezes, esta relação de apoio acaba por evoluir, tornando-se numa relação de amizade e suporte mútuo.

Qualquer que seja o desfecho, acreditamos que é importante refletirmos nos vários caminhos para a vida em autonomia, definindo ferramentas de apoio para este momento tão frágil e importante: a transição após o programa de patrocínio comunitário. Para tal, lembramos alguns princípios basilares para patrocinadores que importa ter sempre presentes:

- Empodere a família ou o indivíduo para fazer as suas próprias escolhas;
- Forneça informação suficiente para que possam tomar decisões informadas;
- Encoraje a independência;
- Apoie as decisões - mesmo aquelas com as quais não concorda.

Finalmente, lembre-se que:

- O agregado tomará as suas próprias decisões de acordo com os objetivos que estabelece;
- O grupo patrocinador deve trabalhar em colaboração com a família ou o indivíduo, não devendo criar uma relação de dependência com estes;
- Por vezes, as pessoas que apoia tomarão decisões com as quais não concorda e por vezes cometerão erros;
- Algumas pessoas podem precisar de mais encorajamento e motivação do que outras!

PONTO DE PARTIDA

Quais os principais fatores a considerar?

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a inclusão é um processo a longo-prazo, de troca dinâmica entre recém-chegados e a comunidade de acolhimento. Caracteriza-se pela sua complexidade, gradualidade e multidimensionalidade, impondo exigências consideráveis tanto ao indivíduo como à sociedade de acolhimento.

De forma a que este processo seja bem sucedido, após os programas de apoio terminarem, é fundamental garantirmos os seguintes fatores:



Habitação

A base do bem-estar do agregado será o seu espaço pessoal que deve ser seguro, digno e sustentável após o término do programa.



Língua portuguesa

Saber expressar-se em português é um dos fatores determinantes para um processo de autonomização bem sucedido na medida em que facilita todos os processos subjacentes à inclusão.



Documentação

Os documentos são um dos passos fundamentais para que o agregado seja autónomo. Título de residência, passaporte ou título de viagem, NIF, NISS e número de utente são alguns dos mais importantes.



Fontes de rendimento

Idealmente provenientes do exercício de atividade profissional ou através da atribuição de apoios sociais como o Rendimento Social de Inserção, é fundamental que o agregado tenha fontes de rendimento que lhe permitam fazer face às suas despesas mensais.

METODOLOGIA

Convidámos os participantes a refletir sobre o processo de autonomização pós-programa, tendo por base de comparação o término dos programas de reinstalação que são semelhantes em duração aos programas de patrocínio comunitário. A reflexão foi realizada em dois grupos, separados por fase do processo e as conclusões foram apresentadas e discutidas em plenário.

À semelhança do encontro anterior, lembrámos os participantes que é necessário ter os seguintes aspetos em conta:

- Cada país é único e cada programa necessita de ser adaptado à realidade local;
- Os alicerces dos programas de patrocínio comunitário são idênticos em todos os programas - o que varia são as soluções;
- É essencial uma abordagem holística, incluindo diferentes atores, em todos os processos, desde o início;
- O programa de patrocínio comunitário tem de ser pensado de forma coerente, evitando separar a fase piloto da fase de desenvolvimento e expansão.

É essencial, ainda, referir a Hierarquia de Necessidades de Maslow (fig. 1) que em muito se liga a este processo e que pode explicar a autonomização como um caminho gradual, dividido em vários níveis. Na base da pirâmide estão os elementos que são considerados essenciais e primordiais para a sobrevivência, para progredir na hierarquia é necessária a conquista das condições elementares da Pirâmide, passando para os próximos níveis, um a um, até conseguir alcançar o topo.

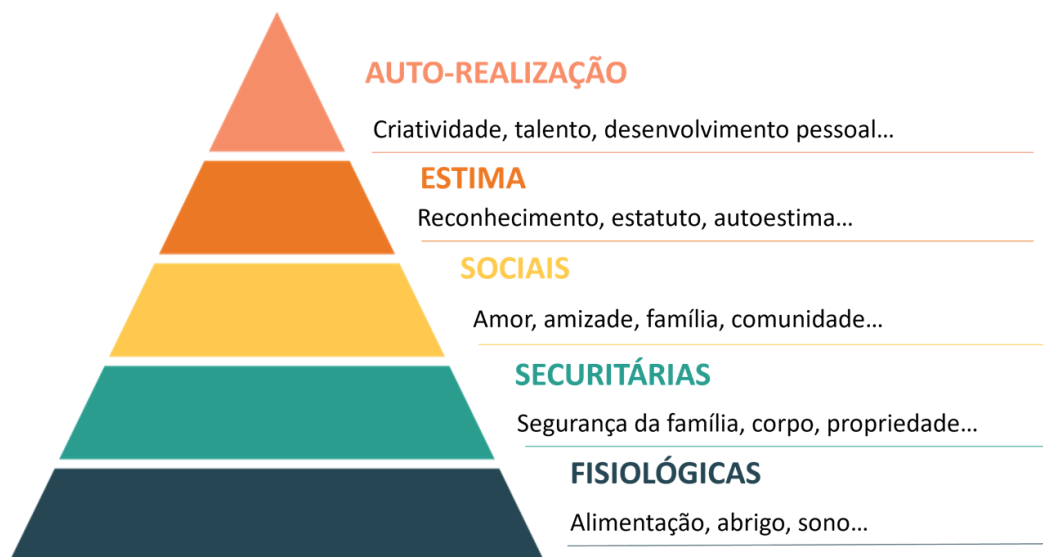


Fig. 1: Pirâmide da Hierarquia de Necessidades de Maslow

REFLEXÃO EM GRUPOS

1. RELATIVAMENTE À FAMÍLIA REFUGIADA

Quais são as **principais barreiras e potenciais desafios** para a **construção e manutenção** de uma vida autónoma e independente?

- Expectativas irrealistas face ao seu percurso em Portugal;
- Ausência do conhecimento da língua portuguesa ou até de competências de literacia;
- Diferenças culturais e/ou religiosas;
- Impossibilidade de reconhecimento de competências académicas;
- Trauma e outras questões de saúde mental e física;
- Dissonância entre competências ou experiência profissional no país de origem e em Portugal;
- Falta de acesso à internet ou falta de competências digitais que permitam o acesso a ferramentas digitais;
- Composição familiar (ex. agregados monoparentais; criança ou adulto dependente) ou faixa etária (ex. pessoas fora da idade laboral);
- Ausência de conhecimento das leis, normas sociais e costumes do país de acolhimento;
- Ausência de rede social de apoio.

Que **estratégias** podem as pessoas refugiadas implementar para a **construção e manutenção** de uma vida autónoma e independente?

- Investimento na aprendizagem da língua portuguesa, através da frequência de aulas mas também através de métodos informais de partilha em português;
- Participação e envolvimento em atividades locais e propostas de voluntariado que permitam conhecer o território, e estabelecer relações com a comunidade local;
- Esforço na adequação de expectativas à realidade local;
- Esforço no acesso autónomo aos serviços e nas deslocações locais, a pé ou em transportes públicos.

2. RELATIVAMENTE AO GRUPO PATROCINADOR

Quais podem ser as **soluções** no apoio à construção e gestão da autonomia das pessoas refugiadas?

- Apostar na informação, repetida e coerente durante todo o programa;
- Garantir orientação cultural para que compreendam a melhor o meio que a rodeia;
- Incentivar à autonomia do agregado nas tarefas do dia-a-dia;
- Providenciar redes informais de apoio e partilha;
- Apoiar na manutenção dos interesses pessoais e do estilo de vida do agregado (quando possível);
- Apoiar a gestão de expectativas;
- Garantir oportunidades de emprego e/ou formação profissional;
- Ligar o agregado recém-chegado com outras pessoas residentes na comunidade.

Quais as **estratégias** para garantir uma **transição eficiente** após o programa de patrocínio comunitário

- Garantir habitação sustentável para além do período de patrocínio comunitário, oferecendo assim estabilidade ao agregado familiar;
- Assegurar que têm conhecimento das despesas efetuadas em prol do agregado, tais como: renda e despesas habitacionais mensais; mensalidades diversas, etc.
- Transferir, gradualmente e durante o programa, a responsabilidade do pagamento das despesas para as pessoas refugiadas para que possam perceber o fluxo da entrada e saída de dinheiro;
- Transferir o contrato de arrendamento para o nome dos próprios, assim que possível;
- Assegurar a criação e gestão de conta bancária para que o agregado se torne gradualmente mais autónomo na gestão do seu dinheiro;
- Produzir um guia de boas-vindas com informação relevante sobre o local e a comunidade de acolhimento incluindo informações acerca de espaços ou atividades de lazer.

Quais devem ser os **indicadores** a ter em conta para **medir o progresso** no que respeita à **autonomia** das pessoas refugiadas durante e após o programa?

- Conhecimento da língua portuguesa;
- Mobilidade local;
- Acesso autónomo a serviços;
- Contacto autónomo e voluntário com a comunidade local;
- Integração das crianças em meio escolar;
- Situação face ao emprego;
- Situação face à saúde;
- Presença de rede social local;
- Grau de satisfação geral do agregado e do grupo patrocinador.

REFLEXÃO EM PLENÁRIO

Depois da reflexão em pequenos grupos, convidámos os participantes do encontro a debater as propostas apresentadas. Uma vez que vários pontos se cruzam, entre as barreiras / estratégias das pessoas patrocinadas e do próprio grupo patrocinador, e que a autonomia é algo que deve ser trabalhado desde o momento da chegada a Portugal, optou-se por dividir a discussão em dois pontos principais: a preparação da autonomia e a sua gestão e manutenção.

Eis os pontos consensuais:

PREPARAR A AUTONOMIA

- Criar guia de boas-vindas que possa apoiar nos seguintes aspetos:
 - Conhecimento do território;
 - Orientação cultural;
 - Gestão de expectativas.
- Apoiar o desenvolvimento de conhecimentos e competências nos seguintes âmbitos:
 - Língua Portuguesa;
 - Literacia digital e utilização de ferramentas informáticas;
 - Acesso a formação profissional e/ou académica;
 - Acesso ao mercado de trabalho.
- Garantir uma rede de apoio local através de:
 - Grupo patrocinador, ativo e com presença constante no dia-a-dia das pessoas refugiadas
 - Sensibilização dos serviços públicos e da comunidade em geral;
 - Contacto com outras diásporas presentes nos territórios;
 - Atividades de voluntariado e participação ativa na vida comunitária.
- Assegurar bons indicadores de progresso por meio da implementação de ações periódicas de monitorização e avaliação.

GERIR E MANTER A AUTONOMIA

- Antecipar a titularidade dos contratos de arrendamento, garantindo que estão em nome das pessoas patrocinadas antes do final do programa;
- Trabalhar para que o agregado possa manter-se no território após o programa terminar através de medidas de habitação sustentável e apoio ao emprego, evitando assim uma nova quebra no processo de reconstrução da vida em Portugal;
- Considerar a fluidez na duração dos programas, acautelando programas mais longos para agregados mais vulneráveis;
- Monitorização e avaliação imparciais ao trabalho desenvolvido pelo grupo patrocinador;
- Realizar um balanço de saída, aquando do término dos programas de patrocínio comunitário;
- Definir a nova relação após o período de patrocínio.

ESTRATÉGIA PARA APOIAR A AUTONOMIZAÇÃO

Partindo da informação recolhida durante as dinâmicas de grupo no "3.º Encontro de Organizações da Sociedade Civil para o Patrocínio Comunitário", propomos a adoção dos seguintes procedimentos e estratégias para apoiar a autonomização bem sucedida no âmbito do patrocínio comunitário em Portugal. É importante, primeiro, fixarmos a "regra de ouro":

Nunca fazer pelos outros aquilo que podem fazer por si mesmos.

Atendendo a que a autonomia deve ser trabalhada durante todo o programa de patrocínio comunitário, optámos por dividir estratégias pelas diferentes fases do processo:

1. ANTES DA CHEGADA

A participação em programas de Patrocínio Comunitário é voluntária, tanto para o grupo patrocinador como para as pessoas patrocinadas. Nesta fase de pré-chegada, em que o grupo prepara todas as condições de acolhimento, é fundamental recolher o consentimento informado da família ou do indivíduo a acolher, através da apresentação do plano acolhimento que pretendem desenvolver. Esta informação pode ser passada, primeiramente, através de materiais escritos, em vídeo ou imagem, devidamente traduzidos e contextualizados, que chegam às pessoas refugiadas por intermédio da Organização Internacional das Migrações (OIM) que apoia o processo de orientação pré-partida. Em baixo listamos alguns exemplos:



- Vídeo de apresentação dos elementos do grupo patrocinador;
- Folheto informativo sobre o patrocínio comunitário;
- Folheto explicativo do Plano Local de Acolhimento;
- Ficha informativa providenciada pela OIM.

É fundamental, nesta fase, garantir que as pessoas refugiadas têm informação suficiente sobre o programa e o apoio prestado pelo grupo patrocinador de forma a informar a sua decisão de participar no programa e para apoiar a gestão de expectativas.

No último dia do curso de orientação pré-partida, ministrado pela OIM, será dada oportunidade ao grupo patrocinador de participar numa breve videochamada com o agregado para que se possam conhecer e esclarecer as dúvidas remanescentes.

Adicionalmente, existem questões que são cruciais considerar durante esta fase de preparação. Identificamos, em seguida, as mais importantes:



Habitação

Sem dúvida a questão mais difícil de estabilizar. A procura de habitação está dependente de uma multitude de fatores que se interrelacionam entre si e que podem facilitar ou dificultar a autonomização:

✓ **Características da habitação:** adequação da habitação ao agregado a acolher: número de divisões disponíveis; mobiliário / equipamento necessário; necessidade ou não de utilização de elevador; necessidades de climatização, etc.

✓ **Acessibilidade:** localização central que permita deslocação a pé e/ou proximidade a transportes públicos para que o agregado se possa deslocar autonomamente.

✓ **Sustentabilidade:** valor da renda e sustentabilidade financeira após o programa; titularidade do contrato de arrendamento; despesas relacionadas com a habitação.



Sensibilização dos serviços

Não obstante do perfil específico do agregado, há serviços que devem, sem exceção, receber informação acerca da vinda da família ou indivíduo para o território, pois terão um papel central no apoio ao agregado no território.

Alguns exemplos de serviços a sensibilizar são:

- ✓ Câmara Municipal
- ✓ Junta de Freguesia
- ✓ Serviços de saúde (ex. centro de saúde, hospital, clínicas locais);
- ✓ Serviços educativos (ex. escolas, creches e jardins-de-infância; instituições de ensino superior);
- ✓ Serviços de apoio ao emprego e de formação profissional (ex. centro de emprego e formação profissional; CLAIM, GIP);
- ✓ Organizações ou associações locais;
- ✓ Autoridades locais (ex. PSP, GNR, polícia municipal).



Adaptação do plano de acolhimento

Sendo verdade que, no momento da elaboração do plano de acolhimento, o grupo patrocinador ainda desconhece o perfil do agregado, é importante lembrar que o plano de acolhimento é um documento vivo e em constante mudança. Poderá ser necessário fazer alterações, a qualquer momento do período de patrocínio, consoante o perfil das pessoas a acolher (ex. serviços a disponibilizar; necessidades de interpretação, etc) ou o percurso que as pessoas acolhidas irão realizar ao longo dos 18 meses de programa.

Algumas questões a considerar neste processo de adaptação do plano de acolhimento são:

✓ **Composição do grupo patrocinador:** é possível que alguns elementos do grupo patrocinador fiquem indisponíveis ao longo do período de patrocínio comunitário ou que seja necessário envolver mais pessoas no trabalho do grupo. De forma a colmatar estas dificuldades, o grupo deve pensar em estratégias para dar continuidade ao recrutamento de novos elementos.

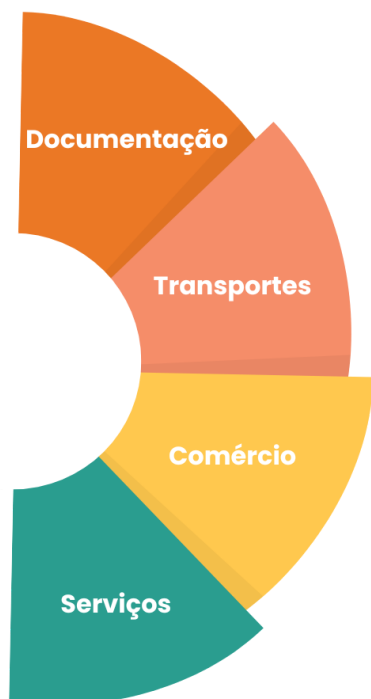
✓ **Política de salvaguarda:** cada grupo patrocinador deve produzir uma política de salvaguarda própria (para apoio na elaboração, consultar o **Guia sobre salvaguarda para grupos patrocinadores**, elaborado no âmbito do "2.º Encontro das Organizações da Sociedade Civil para o Patrocínio Comunitário"). Esta política de salvaguarda deve ser adaptada à tipologia e composição do agregado familiar no período pré-chegada, devendo ser revista ao longo do programa consoante as ocorrências registadas.

✓ **Angariação de fundos:** é fundamental rever os esforços neste sentido, focando a angariação de bens ou serviços de acordo com o perfil da família ou do indivíduo ou do indivíduo.

✓ **Rede de parceiros a mobilizar:** de acordo com o perfil e necessidades específicas das pessoas a acolher.

2. APÓS A CHEGADA

Após a chegada, é importante garantir algumas questões que logo desde o início, podem impactar positivamente a autonomização, nomeadamente a **orientação pragmática**, que consiste em apoiar os recém-chegados no conhecimento da comunidade. É importante tratar e informar sobre:



- **Documentação:** para além do título de residência, existe uma panóplia de documentos necessários para a vida em Portugal. Os números de contribuinte e da Segurança Social são fundamentais. Questões como a abertura de conta bancária são estruturais neste processo.
- **Rede de transportes:** quais são e como funcionam os transportes locais? Existe passe de transporte? Como podem adquiri-lo? Apoie e explique o acesso aos transportes.
- **Comércio local:** o que comprar e onde comprar? Existem produtos alimentares específicos (ex. carne halal) disponíveis no comércio local? Esclareça ainda sobre o orçamento mensal disponível e os bens facilmente disponíveis na comunidade.
- **Serviços:** quais os serviços disponíveis na comunidade e como lhes aceder? Explique horários e métodos de acesso (ex. marcação vs. ordem de chegada) para que rapidamente a família ou o indivíduo se sinta confiante no acesso aos serviços de que precisa.

É fundamental, nesta fase, esclarecer também sobre o papel do grupo patrocinador. Dada a natureza do programa de patrocínio comunitário, é natural que o agregado familiar tenda a contar com o apoio do grupo para toda e qualquer tarefa. Reveste-se, por isso, de particular importância o esclarecimento do papel do grupo, o estabelecimento de horários de contacto e o estabelecimento de limites de atuação. O papel dos diferentes elementos do grupo patrocinador deve ser claro, coerente e estável ao longo do período de patrocínio comunitário, possibilitando o reforço da informação a qualquer momento.

Para além da orientação pragmática, que deve ocorrer logo nas primeiras semanas após a chegada a Portugal, é fundamental acautelar-se o devido apoio aos três fatores mais decisivos para um processo de autonomização bem-sucedido:



Habitação

A questão mais central no âmbito da habitação é, sem dúvida, a sustentabilidade. É importante focar, ao longo do programa, as questões relacionadas com a sustentabilidade depois dos 18 meses e como esta se pode configurar: É possível a permanência na habitação depois do término do programa de patrocínio comunitário? O agregado conseguirá gerar rendimento suficiente para permanecer nesta habitação? Para além destas questões, é importante focar alguns aspetos relacionados com as vivências do dia-a-dia, nomeadamente quais as responsabilidades do agregado e do senhorio face a possíveis necessidades de manutenção da habitação, etc.



Língua portuguesa

Saber expressar-se em português é um dos pilares para a inclusão. O conhecimento da língua do país de acolhimento reveste-se assim de particular importância neste caminho para a autonomia uma vez que permite a comunicação independente e um maior sentimento de auto-confiança. Garanta que as pessoas patrocinadas têm acompanhamento no âmbito do desenvolvimento de competências linguísticas ligando o agregado com os cursos de língua disponíveis no local e reforçando a frequência de potencial oferta formativa com o apoio de elementos do grupo patrocinador. Adicionalmente, crie oportunidades para partilhas em português de forma a reforçar os conteúdos aprendidos e a contribuir para a autoconfiança.



Emprego

Para além de reforçar os sentimentos de utilidade e de valorização pessoal, o emprego ocupa uma posição central no processo de autonomização na medida em que permitirá a autonomização financeira e, por conseguinte, a independência de apoios sociais após o programa de patrocínio comunitário. É provável que alguns dos elementos do agregado familiar estejam mais motivados para trabalhar do que outros pelo que é importante garantir a sensibilização dos elementos adultos do agregado para esta necessidade.

Paralelamente, é importante não esquecer potenciais fatores de vulnerabilidade adicional, que terão impacto nos processos de autonomização e de inclusão. De acordo com o ACNUR, os fatores de vulnerabilidade mais frequentes a ter em atenção são os seguintes*:

Domínio	Descrição
Crianças	Criança separada ou não-acompanhada; Criança acompanhada pelos pais, outros familiares ou guardiães.
Sexo, Género, Identidade de Género, Orientação Sexual	Mulher ou menina grávida ou a amamentar; Cuidador/a primário/a (de criança dependente, pessoa idosa ou pessoa com deficiência); Mulher em risco de violência ou exploração de género; pessoa adulta ou criança vítima de violência familiar, exploração ou abuso; pessoa em risco de violência devido à sua orientação sexual e/ou identidade de género (ex. pessoas LGBTQIA+).
Preocupações de saúde e bem-estar	Saúde física e mental; risco de suicídio; pessoa com deficiência; pessoa idosa; comportamentos aditivos; indigência.
Necessidades de proteção	Pessoa refugiada e/ou requerente de proteção internacional; sobrevivente a tortura e trauma; sobrevivente a violência sexual, de género ou outro crime violento; vítima de tráfico de pessoas; apatridia.
Outras	Pessoa iletrada, analfabeta ou com necessidades de alfabetização.

3. PHASING OUT

É importante pensar nos processos de inclusão e de autonomização como sendo a longo-prazo e numa ótica de troca entre a comunidade e os recém-chegados. É importante também mantermos em perspetiva o elevadíssimo grau de exigência com que recebemos pessoas refugiadas no nosso meio: em apenas 18 meses esperamos que aprendam uma nova língua (e muitas vezes um novo alfabeto), que aprendam a navegar uma nova cultura e novos hábitos diários muitas vezes completamente diferentes dos seus; que comecem a trabalhar e sejam financeiramente independentes, que conheçam os serviços públicos e lhes saibam aceder, e que consigam ser autónomos na resolução dos seus problemas - e tudo isto enquanto tentam superar todo

*UNHCR-IDC Vulnerability Screening Tool - Identifying and addressing vulnerability: a tool for asylum and migration systems: <https://www.unhcr.org/media/unhcr-ids-vulnerability-screening-tool-identifying-and-addressing-vulnerability-tool-asylum>

o percurso traumático associado à sua vinda para Portugal que, no caso de pessoas reinstaladas se pode prolongar durante décadas. É, por isto, fundamental que o processo de término do programa de patrocínio comunitário surja de uma forma gradual, apoiando o agregado no seu caminho para a autonomia, devendo os últimos 6 meses de programa ter enfoque particular na crescente autonomização. Assim, neste período de transição, é fundamental acautelar os seguintes passos:



Orçamento familiar e finanças pessoais

Certifique-se que a família ou o indivíduo tem presente o valor total das suas despesas pessoais e habitacionais. Apoie a elaboração de um orçamento mensal, listando os rendimentos, possíveis apoios sociais recebidos (ex. abono de família) e as principais despesas a acautelar (ex. renda, água, luz, gás, alimentação, internet e outras despesas fixas mensais). Adicionalmente, é importante garantir que o agregado sabe realizar pagamentos, seja por multibanco ou por outras vias (ex. Payshop) e, se possível, nos últimos meses garantir que já é o agregado que assume a responsabilidade do pagamento das suas próprias despesas.



Acompanhamento a serviços

Se tem por hábito acompanhar os elementos do agregado aos diferentes serviços, este período é uma boa altura para abrandar este acompanhamento. Garanta que a família ou o indivíduo conhece os procedimentos para abordar os vários serviços e que podem contactar o grupo caso encontrem problemas ou dificuldades.



Visitas e atendimentos

Também nestes últimos 6 meses de programa será necessário abrandar o contacto programado entre as pessoas patrocinadas e os elementos do grupo patrocinador. Se estão marcadas 3 visitas por semana, procure diminuir ou esperar que o agregado procure o grupo. Definam sempre novos limites em conjunto, trabalhando na lógica do suporte e da autonomização.



Entrevista de término

Considere realizar uma breve entrevista de término do programa, de forma a realizar uma retrospectiva sobre o apoio do grupo patrocinador.



Não esqueça a ligação intrínseca entre um processo de autonomização bem-sucedido e a monitorização ao longo de todo o programa. No ponto 1 – Antes da chegada, referimos a importância da análise e adaptação do plano de acolhimento que devem ser realizados em permanência, de forma a contornar barreiras e alavancar as potencialidades do agregado familiar. Preste atenção, particularmente, aos índices de proficiência na língua portuguesa, à entrada ou não no mercado de trabalho, à capacidade que têm para fazer face aos desafios diários. Procure sempre o apoio da equipa **ComUnidade** para sugestões ou planos de contingência!

4. DE PATROCINADOR A AMIGO

Um dos aspetos mais interessantes do patrocínio comunitário são as relações de amizade que se criam na comunidade. Contudo, também sabemos que muitos grupos no mundo inteiro identificam este processo de transição como um dos mais difíceis de gerir.

Os membros do grupo patrocinador assumem um compromisso, ao longo de cerca de um ano e meio, para serem responsáveis por apoiar a inclusão de pessoas refugiadas no seu meio. Uma vez que essa responsabilidade termina, o papel de patrocinador também pode terminar criando espaço para uma nova relação: a amizade. Não obstante dos processos naturais que ocorrem, é fundamental que exista alguma formalidade na transição para esta nova relação, para que todos os intervenientes percebam com clareza que a relação de patrocínio terminou. Explique em detalhe e debatam conjuntamente e com frontalidade, os seguintes aspectos:

- ✓ Que a relação de patrocínio comunitário terminou, contudo que tem vontade de permanecer na vida da família ou do indivíduo.
- ✓ Que as responsabilidades que outrora pertenciam ao grupo patrocinador, pertencem agora e em exclusivo ao agregado, que fez o seu caminho de autonomização durante o período de apoio;
- ✓ De que forma é que esta presença se pode configurar? Vão frequentar as casas uns dos outros? Vão encontrar-se de vez em quando para um café?
- ✓ Definam quais os contactos apropriados e em que horários. Por exemplo, as pessoas refugiadas não deverão esperar que o grupo resolva um problema que tenham em casa mas podem telefonar para perguntar se recomenda um canalizador que goste.

Acima de tudo, lembre-se que entram numa fase de equilíbrio de poder, em que os limites se tornam mais difusos e onde cada pessoa pode e deve escolher o seu nível de envolvimento.



Não se esqueça de celebrar todas as etapas significativas no processo do patrocínio comunitário e esta é uma etapa que merece uma grande celebração! Junte todos os envolvidos e convide a comunidade para celebrar este marco tão importante.

E SE TUDO CORRER MAL?

Atingir a autonomia é difícil, porém com ajuda tudo fica mais fácil! Se após todos os esforços do grupo patrocinador, o agregado não conseguir atingir um patamar que seja suficiente, lembramos o compromisso do grupo em prolongar os seus esforços no tempo dando suporte extra ao agregado para que este atinja as metas necessárias para viver em autonomia.

Reconhecemos também que algumas famílias/indivíduos terão índices de vulnerabilidade maiores, que podem obstaculizar a autonomização. Neste caso lembramos a necessidade de ativar os serviços sociais, nomeadamente da Segurança Social e de manter o contacto próximo com a equipa **ComUnidade** para que possamos apoiar quaisquer medidas de contingência.

CONCLUSÃO

A autonomia é, sem dúvida, o principal objetivo da ação de qualquer grupo patrocinador. Sabemos que é um objetivo muito ambicioso, particularmente em Portugal onde algumas estruturas de apoio à população refugiada são, ainda, muito incipientes. Cremos, ainda assim, que seguindo os passos estratégicos plasmados neste guia, será possível apoiar pessoas refugiadas na reconstrução da sua vida em segurança, numa nova comunidade!

Não obstante todas as barreiras que aqui assinalámos, é importante perspetivar o patrocínio comunitário como um veículo de inclusão por si próprio na medida em que toda uma comunidade se organiza e se ativa em prol da inclusão e autonomização de um agregado que chega à localidade. As redes de contactos movimentam-se, as oportunidades alinham-se, os diferentes intervenientes pensam em conjunto, estruturando um ecossistema que dá as boas-vindas a um novo agregado e que assume o compromisso de lhes abrir as portas necessárias.

A presença deste grupo, como ponto de contacto, aumenta também os sentimentos de pertença e de segurança face ao novo local de acolhimento, contribuindo para a motivação das pessoas refugiadas em ficar e em devolver à comunidade tudo o que esta lhes deu.

O patrocínio comunitário configura-se, afinal, como pessoas que cuidam de outras pessoas e nada é mais poderoso para a autonomia e inclusão do que comunidades unidas, que contribuem ativamente para mudar as vidas daqueles que lhes são próximos.

JUNTE-SE A NÓS!

QUER SABER MAIS SOBRE PATROCÍNIO COMUNITÁRIO?

- SUBSCREVA A NOSSA [NEWSLETTER](#)
- INSCREVA-SE [AQUI](#) PARA INTEGRAR AS NOSSAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO



ACOMUNIDADE.ORG
PATROCINIO.COMUNITARIO@CPR.PT

ComUnidade



Co-financiado pelo Fundo para o Asilo,
Migrações e Integração da União Europeia

